COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
NIRE nº 42300045951 - CNPJ nº 28.942.127/0001-49
Companhia Aberta

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Data: 06 de abril de 2022. **Hora:** 10:00. **Local:** Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - CEP 88025-255, Florianópolis/SC, Brasil. **Convocação:** Dispensada a convocação tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas arquivado na Companhia. **Publicações Legais:** O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram publicados em 28 de março de 2022, no jornal Notícias do Dia, nas páginas 23 e 24, da versão impressa, e nas páginas 34 a 37, da versão digital, com o que foram cumpridas as formalidades para a realização desta assembleia geral ordinária, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, quais sejam (i) **ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.**, representada por Eduardo Antonio Gori Sattamini e por Marcelo Cardoso Malta e (ii) **ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.**, representada por Eduardo Antonio Gori Sattamini e por Marcelo Cardoso Malta. **Mesa:** Eduardo Antonio Gori Sattamini – Presidente, e Bruna Krieger de Souza – Secretária. **Ordem do Dia: 1 - Da Assembleia Geral Ordinária: Item 1.1 -** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **Item 1.2 -** Deliberar sobre a destinação dos Lucros e a distribuição de dividendos; **Item 1.3 -** Deliberar sobre a remuneração global dos administradores da Companhia para exercício de 2022; e **2 - Da Assembleia Geral Extraordinária: Item 2.1 –** Aprovar inclusão de capítulo acerca da alienação de controle no Estatuto Social da Companhia; e **Item 2.2 –** Consolidar o estatuto social da Companhia. **Deliberações:** Preliminarmente, as acionistas aprovaram a lavratura da presente ata em forma de sumário. Conforme apresentação dos temas discutidos na ordem do dia, foi deliberado à unanimidade de votos o seguinte:

1 - Da Assembleia Geral Ordinária

1.1 – Como o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e o parecer dos Auditores Independentes já são de conhecimento dos acionistas presentes, foi proposta e aprovada a dispensa da leitura de tais documentos. Após as discussões pertinentes sobre a matéria, as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como também as contas da Administração do mesmo exercício social, foram colocadas em votação, tendo sido aprovadas.

1.2 – Aprovada a destinação dos Lucros e a distribuição de dividendos, nos seguintes valores: a) Reserva Legal – R$ 6.556.857,85 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos); b) Distribuição de Dividendos Mínimos Obrigatórios no valor total bruto de R$ 12.458.029,91 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, vinte e nove reais e noventa e um centavos), correspondente a R$ 0,0213811876 por ação; e c) Reserva de Retenção de Lucros – R$ 112.122.269,19 (cento e doze milhões, cento e vinte e dois mil duzentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos). Os dividendos serão pagos em data definida

pela Diretoria Executiva da Companhia, ficando ratificados os atos porventura já praticados pela Diretoria Executiva dentro do escopo desta deliberação.

1.3 - Aprovada a proposta de não remuneração dos membros da Diretoria da Companhia para o exercício de 2022, pois os mesmos possuem vínculo com empresas dos grupos das acionistas da Companhia, onde já são remunerados para o exercício de cargos nos órgãos de administração nas suas controladas.

2 - Da Assembleia Geral Extraordinária

2.1 – Aprovada a inclusão de capítulo a respeito da alienação de controle, no Estatuto Social da Companhia, a fim de atender o Contrato de Concessão nº 003/2017 – ANEEL UHE Miranda:

CAPÍTULO X - Da Alienação de Controle

Art. 27 - *É vedada a transferência, cessão ou de qualquer forma alienação, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, de ações que façam parte do controle da Companhia sem a prévia anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.*

2.2 - Considerando a aprovação do item anterior, foi aprovada a consolidação do estatuto social da Companhia, que passa, a partir desta data, a vigorar com a seguinte nova redação:

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
NIRE nº 42300045951 - CNPJ nº 28.942.127/0001-49

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - Da Denominação, Organização, Sede, Foro, Duração e Objeto

Art. 1º *- A Companhia Energética Miranda é uma sociedade anônima, regida por este estatuto e legislação aplicável.*

Art. 2º *- A Companhia tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Parte, Bairro Agronômica, CEP 88025-255, podendo criar filiais no País e no exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.*

Art. 3º - *A Companhia tem por objeto social geração de energia elétrica mediante a operação da Usina Hidrelétrica Miranda, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.*

Art. 4º *- A Companhia terá prazo de duração indeterminado e com início de suas atividades na data do seu registro na junta comercial.*

CAPÍTULO II - Do Capital Social e das Ações

***Art. 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 582.663.140,00 (quinhentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e quarenta reais), dividido em 582.663.140 (quinhentos e oitenta e dois milhões, seiscentas e sessenta e três mil, cento e quarenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.*

***§ 1º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.*

***§ 2º** - A Companhia está autorizada a, por deliberação do conselho de administração, independentemente de reforma estatutária, aumentar o seu capital social até o limite de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), observado que o capital pode ser aumentado por meio da subscrição de novas ações ordinárias, ou da capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações.*

***§ 3º**. Nas hipóteses permitidas pela lei e por este estatuto, o conselho de administração pode excluir o direito de preferência dos acionistas na subscrição do aumento de capital ou reduzir o prazo para seu exercício.*

***§ 4º**. Dentro do limite do capital autorizado, o conselho de administração poderá deliberar:*
I – a emissão, pela Companhia, de bônus de subscrição;
II – a emissão, pela Companhia, de debêntures conversíveis em ações ordinárias; e
III – a outorga, pela Companhia, de opções de compra ou subscrição de ações em favor de seus administradores, empregados ou a pessoas naturais prestadoras de serviços à Companhia, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III - Das Assembleias Gerais

***Art. 6º** - Os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral, ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que necessário.*
***Parágrafo único.** Além das hipóteses previstas em lei, a Assembleia Geral poderá ser convocada por qualquer um dos membros do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.*

***Art. 7º -** A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será constituída pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por quem a Assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes.*

Art. 8º -** Os Editais de Convocação, publicados na forma e nos termos da lei, conterão, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia explicitada e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria**.

CAPÍTULO IV - Da Administração

Art. 9ª - *A administração normativa da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e executada pela Diretoria Executiva, na forma da lei e deste estatuto social.*
Parágrafo único*. Os Administradores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e, em caso de reeleição, serão empossados na Assembleia Geral ou na reunião do Conselho que os eleger, dispensada qualquer outra formalidade.*

Art. 10 - *A Assembleia Geral fixará a remuneração dos administradores. Se a remuneração for estabelecida de forma global, o Conselho de Administração deverá deliberar sobre o seu rateio entre os seus membros e os Diretores.*

CAPÍTULO V - Do Conselho de Administração

Art. 11 - *O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, acionistas ou não, com a denominação de Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.*
Parágrafo único. *Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos administradores que os substituam, nos termos da lei e deste estatuto.*

Art. 12 - *O Conselho de Administração terá um Presidente, nomeado pela Assembleia Geral, que convocará e presidirá suas reuniões.*
Parágrafo único *- O presidente do Conselho de Administração terá, além do voto comum, o de qualidade, no caso de empate na votação.*

Art. 13 - *O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, com metade de seus membros, no mínimo, quando for convocado pelo Presidente ou pela maioria dos Conselheiros.*

§ 1º *- O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos.*

§ 2º *- A ata da reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou fixar as atribuições dos Diretores deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa local, adotando-se idêntico procedimento para atos de outra natureza, quando o Conselho de Administração julgar conveniente.*

Art. 14 - *Em caso de vacância no cargo de Conselheiro, caberá ao Conselho de Administração escolher o substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral a se realizar.*

Art. 15 – *O Conselho de Administração terá as seguintes atribuições:*
I – *fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;*
II – *eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;*

III – *fiscalizar a gestão dos Diretores;*
IV - *aprovar o regulamento interno e as políticas da Companhia e suas alterações;*
V - *convocar a Assembleia Geral;*
VI – *manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;*
VII - *aprovar o valor global do orçamento anual da Companhia;*
VIII – *aprovar a celebração de contratos e a assunção de obrigações de valor superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);*
IX – *Aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações;*
X – *deliberar sobre as condições de negociação de debêntures conversíveis em ações, por delegação da Assembleia Geral, até o limite por ela autorizado;*
XI – *aprovar a concessão de garantia ou aval a terceiros;*
XII – *aprovar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia de valor superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);*
XIII – *deliberar sobre a aquisição e a alienação de ações de emissão da Companhia, fixando-lhes preço e condições;*
XIV – *deliberar sobre a emissão de novas ações, o preço de emissão e as demais condições de tais emissões, observado o que dispuser este Estatuto;*
XV – *deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais (commercial papers), bem como a emissão de bônus de subscrição;*
XVI - *escolher e destituir os auditores independentes;*
XVII - *deliberar sobre abertura de filial; e*
XVIII – *deliberar sobre os casos omissos no Estatuto.*

CAPÍTULO VI - Da Diretoria Executiva

Art. 16 *- A Companhia será administrada por uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, todos residentes no país, designados Diretor Executivo, Diretor Técnico-Operacional e Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores.*

§ 1º *- O mandato dos diretores será de 3 (três) anos, permitida a reeleição.*

§ 2º *- A investidura dos membros da Diretoria Executiva será feita mediante assinatura do Termo de Posse, sendo dispensável a prestação de caução para o exercício dos cargos e, no caso de reeleição, serão empossados na reunião do Conselho de Administração que os reeleger, dispensada qualquer outra formalidade.*

§ 3º *- Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a nomeação e posse dos novos Diretores.*

Art. 17 *- Compete à Diretoria Executiva a direção geral e a representação da Companhia, observado este Estatuto e as diretrizes e atribuições fixadas pelo conselho de Administração e a Assembleia Geral.*

§ 1º *- No exercício de suas atribuições, cabe à Diretoria Executiva:*

***I** - elaborar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, quando for o caso;*
***II** - elaborar o orçamento anual da Companhia;*
***III** - aprovar qualquer revisão do orçamento anual; e*
***IV** - celebrar contratos de mútuo ou financiamento, inclusive por meio de emissão de quaisquer títulos; celebrar, alterar ou rescindir qualquer contrato ou acordo; ou contrair obrigações, desde que tais operações envolvam valores totais de até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).*

***§ 2º** – Além das demais atribuições que lhe forem conferidas neste estatuto ou pelo Conselho de Administração, compete especificamente a cada Diretor as seguintes atribuições:*
***I** – ao Diretor Executivo: **a)** superintender os negócios da Companhia e formular as suas políticas e estratégias; **b)** promover ações de comunicação empresarial; **c)** presidir as reuniões da Diretoria; **d)** coordenar e orientar as atividades de todos os demais diretores, nas suas respectivas áreas de competência; **e)** atribuir, a qualquer dos diretores, atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couberem ordinariamente; e **f)** zelar pela execução das deliberações do conselho de Administração e da Assembleia Geral e da Diretoria;*
***II** – ao Diretor Técnico-Operacional: **a)** coordenar a operação e manutenção dos ativos de geração da Companhia; e **b)** coordenar os projetos sociais, ambientais e de comunicação e as licenças ambientais.*
***III** – ao Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores: **a)** formular procedimentos administrativos gerais e políticas de documentação, serviços gerais, apoio administrativo, transporte e seguros; **b)** coordenar as relações com os mercados de capitais e financeiro, prestando informações à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Bolsa de Valores, acionistas e investidores, conforme exigido pela legislação aplicável; **c)** promover a administração financeira e contábil da Companhia; **d)** preparar e acompanhar o orçamento anual; **e)** viabilizar o financiamento dos empreendimentos; e **f)** acompanhar e revisar o plano financeiro dos empreendimentos.*

***Art. 18** - No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer Diretor, a Diretoria indicará um Diretor para acumular as suas funções.*

***Art. 19** - No caso de vacância, a Diretoria designará um Diretor para acumular as funções do cargo vago, até a realização da primeira reunião do Conselho de Administração, quando será preenchido o cargo, pelo prazo que restava ao Diretor substituído.*

***Art. 20** - A Companhia ficará obrigada pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, observado, no entanto, o seguinte:*
***I** – os Diretores poderão nomear procuradores para representarem a Companhia, agindo sempre em conjunto com um diretor ou outro procurador com bastante poderes ou, ainda, agindo isoladamente; e*
***II** – as procurações da Companhia deverão ser outorgadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes outorgados e o prazo de duração do mandato, ressalvadas as procurações para representação da*

Companhia em processos administrativos e judiciais, que poderão ter prazo indeterminado.

Parágrafo único - *As procurações da Companhia outorgadas no âmbito de contratos de financiamento firmados pela Companhia, para fins de consecução do seu objeto social, poderão ter prazo de validade condizente com o prazo do referido contrato.*

CAPÍTULO VII - Do Conselho Fiscal

Art. 21 *- O Conselho Fiscal é um órgão não permanente e será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionista, nos termos da legislação aplicável, quando instalado, será composto de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes.*

CAPÍTULO VIII - Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras

Art. 22 *- O exercício social da Companhia terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.*

Art. 23 *- Ao final de cada exercício social será levantado o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis exigidas de acordo com as disposições legais pertinentes.*

§ 1º *- Após as deduções previstas em lei, a Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição dos lucros, consoante proposta do Conselho de Administração e de opinião prévia do Conselho Fiscal, se instalado.*

§ 2º *- Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% (dez por cento) do lucro líquido ajustado do exercício.*

Art. 24 *- A Companhia poderá levantar balanços a qualquer momento e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribuir dividendos intermediários e intercalares com base nesses balanços.*

Art. 25 *- A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar juros remuneratórios sobre o capital próprio.*

CAPÍTULO IX - Da Liquidação

Art. 26 *- A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei.*

CAPÍTULO X - Da Alienação de Controle

Art. 27 - *É vedada a transferência, cessão ou de qualquer forma alienação, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, de ações que façam parte do controle da Companhia sem a prévia anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.*

Encerramento: Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos. Em seguida, foi redigida e assinada a presente ata.

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente da Mesa

Bruna Krieger de Souza
Secretária

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Presidente e de Relações Com Investidores

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Financeiro

ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro